

# *Carta Mensal Educativa*

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

ISSN 1414-4778

Ano: 27 nº: 265 - setembro de 2022

<https://youtu.be/OIQIponyEeM>

## Educação Profissional no Brasil – síntese histórica e perspectivas

*João Roberto Moreira Alves (\*)*

A Educação Profissional no Brasil tem suas origens na época da Colônia quando, de maneira informal, eram transmitidos ensinamentos para tornar mais produtivas as atividades exercidas pelos habitantes de nosso país.

Contudo, de maneira mais formal, vemos logo após a chegada da Família Real que foi criado em 1809 o “Collegio das Fábricas”, no Rio de Janeiro, onde eram acolhidos artífices, manufatureiros e aprendizes.

Entre 1840 e 1856, governos provinciais criaram as “casas de educando artífices” adotando o modelo de aprendizagem vigente no âmbito militar, destacando os padrões rígidos de hierarquia e disciplina. Eram voltadas para as crianças e jovens abandonados que passaram a ser encaminhados para esses estabelecimentos.

Poucos anos mais tarde, por iniciativas de entidades da sociedade civil, especialmente entre 1858 e 1886 nascem os “liceus de artes e ofícios”.

De uma forma geral o acesso aos cursos disponíveis era livre (a exceção era para os escravos que não tinham direitos assegurados plenamente). Os conteúdos pedagógicos eram divididos nas matérias de ciências aplicadas e artes.

No Brasil Império, pode-se verificar que as práticas educativas, tanto realizadas pelas iniciativas privadas quanto pelo Estado, remetiam a duas vertentes: uma era a prática compensatória e assistencialista objetivando o atendimento dos pobres e desafortunados e a outra voltada à formação para o trabalho artesanal.

Veio a abolição da escravatura e a República e então Nilo Peçanha, já como Presidente, por meio de um Decreto de 1909, instaurou uma rede de “escolas de aprendizes e artífices”, para o ensino profissional primário e gratuito.

Passaram os anos e a expansão foi ocorrendo, com a participação da iniciativa pública e privada, dentre as quais as entidades do chamado sistema “S”.

As reformas do ensino incentivaram a educação profissional e as leis de diretrizes e bases da educação nacional inseriram artigos e capítulos sobre a modalidade.

Mas coube a uma legislação específica disciplinar a matéria, em 2008, dizendo que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

Definiu que os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

Afirmou ainda que poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino e deixou claro que o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Conclui dizendo que as instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos a comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

E as perspectivas?

São bastante promissoras eis que o crescimento de qualquer nação depende de competentes profissionais e para tanto é preciso haver milhares de escolas bem equipadas e com projetos pedagógicos voltados para o futuro.

Não há como se admitir currículos ultrapassados e não integrados com o mercado.

Esse é um desafio que exige participação de todos os setores da sociedade, não podendo ficar à mercê de decisões governamentais.

A certificação decorrente de saberes, competências e conhecimento é fundamental para que exista um número cada vez maior de habilitados para o trabalho.

É mais do que justo que ocorra o acolhimento dessas habilidades pelas instituições de ensino, acelerando a formação nos cursos técnicos e tecnológicos.

O Conselho Nacional de Educação já estabeleceu as linhas gerais para essa prática, remetendo aos Conselhos Estaduais de Educação a definição de linhas operacionais a serem seguidas pelas escolas.

Temos condições de proporcionar o progresso!

Depende agora de decisões gerenciais, capacitação dos formadores e existência de equipamentos e sistemas que permitam a qualidade dos futuros profissionais.

*(\*) Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.*

## **EXPEDIENTE**

### **Carta Mensal Educacional**

**Publicação mensal do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).**

**ISSN (International Standard Serial Number) nº 1414-4778 conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.**

**Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.**

**Reprodução permitida by Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves**

**Edição e Administração - Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ – Brasil**

**[http:// www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br) - e-mail: [ipae@ipae.com.br](mailto:ipae@ipae.com.br)**

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

#### **Carta Mensal Educacional**

**Nº 1 (fevereiro 1996) - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, 1980 - N.1: 29.5 cm – Mensal**

**Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.**

**ISSN - 0103-0949**